



397 16-2 '18

Exmo. Senhor
Eng. Nuno Araújo
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares

Procº nº01.02.01 (PCP)

Assunto: Pergunta nº 649/XIII/3ª de 04 de janeiro de 2018

Caro Nuno,

Em resposta ao Ofício n.º 17, de Vª. Exª., de 04 de janeiro de 2018, transmitindo a **pergunta nº 649/XIII/3ª** subscrita pelo Exmo. Senhor **Deputado da Assembleia da República Paulo Sá do Grupo Parlamentar do PCP**, encarrega-me o Senhor Ministro da Cultura que informe o seguinte:

O Ministro da Cultura tem conhecimento através da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCAlg) que, após as intervenções realizadas em 2003, de reabilitação da Casa Rural e de requalificação dos percursos de visita, foram executadas algumas intervenções que envolveram investimentos de vulto. Assim, em 2005, foi executada uma empreitada de enquadramento paisagístico da área visitável, com criação de um percurso interpretativo da flora, e foi inteiramente renovada a sinalética de apoio ao visitante, ambas medidas que contribuíram para ‘disciplinar’ os percursos de visita. Em 2006, foi efetuada a consolidação e valorização da zona do peristilo (que incluiu a conservação de alguns dos pavimentos de mosaico) e foi requalificado o acesso à Casa Rural. Desde 2007, as ruínas e o percurso visitável têm sido objeto de regular desmatção (por uma assistente operacional do mapa de pessoal da DRCAlg que presta serviço permanente nas ruínas e através da contratualização anual de serviços externos de empresas da especialidade) e de pequenas intervenções: de conservação e restauro e de reparação de equipamentos de apoio ao visitante. Reconhece-se, contudo, que essas pequenas intervenções têm sido insuficientes para impedir a degradação de alguns elementos deste monumento nacional, em particular do seu património integrado, como os revestimentos de mosaico, estuque e pintura mural. Consequentemente, em abril de 2015 foi realizado o “Relatório de Conservação e Restauro das Ruínas Romanas de Milreu. Fase I: manutenção e Conservação dos Mosaicos” que conduziu à preparação com o Museu Monográfico de Conímbriga do projeto de execução “Manutenção e Conservação dos Mosaicos Romanos da Villa de



Milreu”, envolvendo a intervenção na totalidade dos mosaicos, cerca de 320m². Em 2016, este projeto foi integrado no “Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu”, candidatura plurianual (2017-2020) submetida pela DRCAIlg no âmbito do programa CRESC 2020 e que se encontra aprovada e com dotação financeira.

Relativamente aos recursos humanos, a DRCAIlg irá desencadear, a curto prazo, um procedimento de mobilidade intercarreiras para preenchimento de um lugar de assistente técnico para desempenho de funções de receção e vigilância. Não se encontra previsto o reforço de recursos humanos para manutenção, já que, para este efeito, uma assistente operacional do mapa de pessoal da DRCAIlg presta serviço permanente nas ruínas e, adicionalmente, recorre-se à contratualização anual de serviços externos de empresas da especialidade.

Relativamente aos recursos financeiros, a DRCAIlg submeteu candidatura plurianual (2017-2020) ao PO CRESC 2020, que se encontra aprovada e com dotação financeira nas componentes comunitária e nacional na rubrica 07.03.05 do seu orçamento. Neste âmbito, está em preparação a empreitada “Manutenção e Conservação dos Mosaicos Romanos. Fase A”, que abrange a intervenção em cerca de 50 m² de mosaicos romanos que apresentam anomalias mais preocupantes no seu estado de conservação. Na sequência das ações regularmente realizadas em anos anteriores, está em preparação procedimento concursal para aquisição de serviços de desmatação anual. Para pequenas intervenções mais urgentes (neste e em outros monumentos afetos), a DRCAIlg dispõe de dotação orçamental nas rubricas 02.02.03 e 02.02.20.

Dentro do atual perímetro visitável, em prédio rústico de que o Estado Português é titular, foram realizadas amplas escavações arqueológicas, a partir de finais do século XIX, ao longo de todo o século XX e já no nosso século. As estruturas expostas correspondem, maioritariamente, ao complexo edificado nos séculos III e IV, com acrescentos posteriores. Outras, mais antigas ou coevas desse período da história da villa (como os lagares de azeite e de vinho) foram reenterradas por razões de conservação – pois como se sabe é substancialmente menos oneroso escavar do que manter ruínas expostas, pesem os benefícios culturais que isso traria ao público visitante mas atentos, também, os problemas de preservação e transmissão futura de ruínas que, uma vez expostas, entram necessariamente num processo de ‘cuidados intensivos’ cujo adequado desempenho exige meios avultados e, de momento, sem dotação orçamental, sendo a orientação no sentido de cuidar e tratar aquelas estruturas que se encontram já expostas e sujeitas aos agentes meteóricos.



Fora do perímetro visitável, foram no passado realizados trabalhos arqueológicos que permitiram o reconhecimento das estruturas e dos edifícios ali existentes: para poente (já na margem direita da ribeira) no Cerro do Guelhim, onde se explorou no século XIX um vasto cemitério cujo espólio está hoje maioritariamente incorporado nas coleções do Museu Nacional de Arqueologia; e para nascente, onde se registou sumariamente no século XIX uma área correspondente às partes *fructuaria* e *rustica* da *villa* (com armazéns e alojamentos da mão de obra servil e escrava) e a um cemitério com templates funerários, objeto de escavações arqueológicas na década de 1980, reservados aos proprietários e seu agregado familiar (dois edifícios com certa monumentalidade que se encontram parcialmente a descoberto). Em reunião com Felix Teichner, docente e assessor científico de arqueologia romana na Universidade de Marburgo (Alemanha), e João Pedro Bernardes, docente de arqueologia romana na UALG, estes investigadores manifestaram o interesse científico em realizar escavações arqueológicas no *terreno contíguo, pertencente a um particular*. Mas indo além de um interesse puramente científico e de produção de conhecimento, qualquer outro, futuro, investimento a fazer nesse terreno que, ainda que de titularidade privada, está incluído na área arqueológica classificada do monumento e dispõe de uma zona geral de proteção (a qual funciona como uma zona tampão, de proteção do monumento) pressupõe a prévia titularidade pública da totalidade da área do sítio arqueológico.

Como atrás referido, não estão previstas medidas para completar as escavações dentro do atual perímetro do monumento nacional, sendo a orientação no sentido de cuidar e tratar aquelas estruturas que se encontram já expostas e sujeitas aos agentes meteóricos dentro do atual perímetro visitável, em prédio rústico de que o Estado Português é titular, e onde foram realizadas amplas escavações arqueológicas, a partir de finais do século XIX, ao longo de todo o século XX e já no nosso século. As estruturas expostas no terreno contíguo têm obrigatoriamente de ser conservadas pelo seu proprietário, em conformidade com a legislação aplicável. Pese o interesse manifestado pelos investigadores já acima referidos, em realizar escavações no *terreno contíguo, pertencente a um particular*, não há, neste momento, qualquer projeto de investigação submetido à apreciação da tutela nem calendarização prevista para tal.

No que diz respeito à tradução para língua portuguesa da parte referente a Milreu da obra da autoria de Félix Teichner *Entre tierra y mar / Zwischen Land und Meer: Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*, publicada em 2008, em Mérida, pelo Museo Nacional de Arte Romano na série Studia Lusitana, vol. 3, foi proposta no âmbito de um projeto de parceria internacional liderado pela Universidade de Huelva, candidatado a financiamento comunitário pelo programa transfronteiriço Interreg V-A.



Deve-se esclarecer que a informação contida nessa obra corresponde ao estado dos conhecimentos sobre a *villa* de Milreu no final das escavações arqueológicas promovidas pelo Instituto Arqueológico Alemão e, posteriormente, pelas Universidades de Jena e de Frankfurt, até 2003. Mas posteriormente a essa data realizou a Universidade do Algarve, sob a direção científica de João Pedro Bernardes, novas campanhas de escavações em Milreu, nomeadamente sob a Casa Rural e na zona do peristilo. Também a então direção regional do IPPAR promoveu em 2005 uma campanha de escavações arqueológicas, de acompanhamento da empreitada de enquadramento paisagístico da área visitável, prolongando para sul os cortes 93 e 93z, visando a descoberta, desobstrução e refuncionalização de um canal de esgoto antigo (romano), por forma a garantir uma adequada drenagem desse esgoto.

Qualquer investimento a fazer no *terreno contíguo, pertencente a um particular, no qual existem vestígios arqueológicos da antiga villa romana de Milreu*, terreno que está incluído na área arqueológica classificada do monumento e na sua zona geral de proteção, pressupõe a prévia titularidade pública da totalidade da área do sítio arqueológico. O reconhecimento da relevância patrimonial e do potencial cultural deste terreno motivou no passado contactos informais do então IPPAR com o proprietário, com vista à iniciação de uma negociação tendo em vista a aquisição desse terreno pela via do direito privado, procedimento que não se concretizou. Não há neste momento calendarização prevista para a retoma dos contactos com os respetivos herdeiros.

A reduzida equipa de dois assistentes técnicos que prestam atualmente serviço, no monumento, apoiados por uma assistente operacional para tarefas de manutenção nas ruínas, é insuficiente e a DRCAIlg vai desencadear, a curto prazo, um procedimento de mobilidade intercarreiras para preenchimento de um lugar de assistente técnico para desempenho de funções de receção e vigilância. O reforço da equipa de assistentes técnicos que prestam atualmente serviço nas ruínas possibilitará a permanência simultânea de três elementos durante três dias por semana, com melhoria significativa de desempenhos nas três valências essenciais de apoio aos utentes: receção, vigilância das ruínas e vigilância das exposições na Casa Rural. As visitas de escolas têm sido asseguradas por um assistente técnico e uma técnica superior e poucos pedidos foram recusados.

Ainda que o “Programa de Conservação e Requalificação das Ruínas Romanas de Milreu”, se encontre aprovado no âmbito do programa PO Algarve CRESC 2020, não foi possível concretizar as ações previstas no ano de 2017 por incapacidade técnica de preparação de todas as peças necessárias ao lançamento dos procedimentos concursais, embora houvesse dotação financeira inscrita em orçamento. Também a desejável modernização da exposição carece ainda do necessário programa museológico para se poder elaborar um novo projeto expositivo, agora necessariamente recorrendo a



modernas tecnologias de informação. Convém, a propósito, recordar que a aplicação **Milreu - Story Trail** para Iphone e Ipad, disponível gratuitamente e que proporciona uma interessante visita guiada virtual ao monumento. Quanto à sinalética de orientação disponibiliza conteúdos atualizados.

As tarefas desempenhadas pelos conservadores-restauradores pertencentes aos mapas de pessoal das DRC e da própria DGPC confinam-se, habitualmente, a intervenções de diagnóstico, à preparação de cadernos de encargos para intervenções em bens culturais imóveis, integrados e móveis e ao acompanhamento técnico e fiscalização das intervenções em curso. Mais raramente, esses técnicos superiores intervêm diretamente no terreno.

Sendo certo que as Ruínas Romanas de Milreu não têm condições adequadas para visitantes com mobilidade reduzida, é igualmente verdade que a adequação dos percursos de visita em sítios arqueológicos apresenta sempre dificuldades acrescidas. Foi, contudo, efetuado um significativo esforço para reduzir algumas das barreiras existentes, com instalação de equipamentos de apoio no âmbito das intervenções de obra realizadas em 2003 e em 2006 (reduzindo as barreiras de visita em alguns pontos do percurso dentro das ruínas e especialmente no acesso à Casa Rural e no seu interior). Recentemente, em 2017, foi efetuado um diagnóstico de acessibilidade a Milreu, elaborado pelo Grupo de Trabalho Técnico criado na DGPC/DEPOF que reforça a necessidade de intervir de forma a melhorar a circulação no monumento, e foram iniciados contactos com os docentes de arquitetura paisagista da UALG para colaboração institucional na preparação de soluções de requalificação dos percursos de visita, tendo sido iniciado o procedimento de adjudicação do trabalho de revisão, atualização e pormenorização dos levantamentos topográficos disponíveis.

Com os melhores cumprimentos *passonis*

O Chefe do Gabinete

Jorge Leonardo
Jorge Leonardo